

## A amizade e o amor conjugal no «Leal Conselheiro»

No prefácio a um livro simpático de A. Martins Alves, *Amor e Aliança*, situámos já o rei D. Duarte na genealogia portuguesa dos leigos que trataram do matrimónio. De facto, no *Leal Conselheiro*, guia cristão dum leigo e para leigos, o rei deixa-nos entrever a complexidade enorme do amor conjugal, mistura de varias espécies de amor e não simples *pornolatria*, para empregar a palavra demolidora de Jacques Maritain. Trata-se dum cristão bem enraizado no mundo, embora não mundano, um homem que doutrinalmente e por experiência não sente nenhum obstáculo essencial na mulher que Deus lhe deu para o acompanhar, até que a Morte venha ao encontro definitivo de um deles. Não sente nenhum obstáculo essencial, antes pelo contrário.

Sabendo que o amor conjugal também entra pelos cinco sentidos, até pelos ouvidos, lembra-nos, por exemplo, que as mulheres, ao longo da vida, gostam sempre de escutar palavras amáveis.

Como veremos adiante, defende os que vivem casados ou têm responsabilidades no mundo, pois cada qual tem a sua vocação e em todos os estados nos podemos salvar. Não há estado de vida tão perigoso que todos nele se percam. Nem tão seguro que todos nele se salvem. Os pregadores medievais e os que vieram depois sabiam isto. Mas às vezes atraíam-os o *tom*. E a terminologia ambígua de mundo, sem delimitação exacta do significado da palavra *hic et nunc*, contribuía para desorientar os ouvintes, perdidos numa ambiguidade que ainda permanece, mesmo hoje em dia. Só que, agora, vemos a ambiguidade voltar-se, por vezes, em sentido contrário, inclinando-se para a apologia dum mundanismo que nada tem de cristão.

El-Rei D. Duarte dá começo a uma dinastia portuguesa de intelectuais leigos, que escreveram sobre o casamento, e deles vamos isolar alguns nomes até meados do séc. XVII.

Quantas coisas de Gil Vicente, nos autos para bodas matrimoniais ou noutras representações, ora de sátira, ora em tom romântico, ora de sabor social! Na *Farsa da Índia*, por exemplo, adivinhámos os lares desfeitos ou desonrados, porque muitos abalavam para longe e as mulheres ficavam sozinhas. Mesmo na *Nau de Amores*, apesar do frade maluco, do preto, do velho e do parvo, Gil Vicente deixa escapar conselhos matrimoniais, de mistura com graças e sentimentos de gente enamorada. Nesta nau de amores, é o mastro feito de fé segura e a vela de esperança. O traquete, de lembrança. E a mezena, de doçura. As mesas serão de lindeza e discrição. Quanto à enxárcia, feita será da firmeza que vem do coração!

Foi outro leigo, o Dr. João de Barros, quem escreveu entre nós a primeira obra totalmente dedicada à vida matrimonial, *Espelho de Casados* (Porto, 1540). Divide-se em quatro partes: uma com doze razões contra o matrimónio; outra com doze a favor; a terceira parte refuta as razões contra e faz a apologia das razões a favor; enfim, temos os requisitos para um bom casamento. E se este sair mal, resta-nos a paciência e a graça de Deus, concluímos nós.

Se o Dr. João de Barros falasse à mulher como neste livro de erudição pesada, el-rei D. Duarte, se pudesse ouvi-lo, seria o primeiro a sorrir e a abanar a cabeça com desaprovação.

Mais tarde, em 1630, apareceu o *Casamento Perfeito*, do humanista Diogo Paiva de Andrade, e também ele nos cansa com a farragem erudita das Júlias, das Pórcias e das Lucrécias. Contudo, nem sempre é assim e revela, aqui e além, o sentido da experiência. Em geral, que os noivos sejam da mesma condição. Amor, sim. Não, porém, labareda que pouco dura! Que os una a confiança mútua (não em demasia, claro) e que não seja a mulher mais rica do que o marido. Porquê? Para ela o não tratar de alto. É isto bem verdade. Os homens, porém, não aprendem e continuam à procura de herdeiras ricas.

Passemos a outra coisa e lembremos que há, nesta obra, um capítulo sobre as madrastas e o mal que delas dizem as más-línguas do mundo. O volume podia ser reduzido a metade e a obra só ganharia com isso.

Diogo Paiva de Andrade gosta das mulheres caladas e sofridas e D. Francisco Manuel de Melo diz o mesmo, na *Carta de Guia de*

*Casados* (Lisboa, 1651). Contudo, que diferente esta obra daquela! *A Carta de Guia de Casados*, em estilo familiar, tem agilidade e frescura, e busca mais a sabedoria na vida do que nos livros. Além disso, revela o sentido da ironia.

Se insistimos nos leigos, dum modo especial no rei D. Duarte, é para nos lembrarmos que também eles devem ser consultados sobre o pensamento histórico da Igreja acerca do matrimónio — eles e não só os monges, frades e clérigos.

Em anos bem recentes, houve quem afirmasse, por exemplo, que a Idade Média encarava os animais (e toda a criação, em geral) como símbolos. Ora, os caçadores medievais não viam símbolos nenhuns nos javalis, veados e cães de caça. Basta reparar no realismo do *Livro da Montaria*<sup>1</sup>, ou nas páginas minuciosas do *Livro da Falcaria*<sup>2</sup>, de Pero Menino. A Igreja medieval não foi só o clero, longe disso, e os leigos tiveram sempre a sua palavra a dizer, acerca do amor entre o marido e a mulher, não só pela sua experiência mas também pela graça sacramental do casamento. Além disso, a maturidade laical não veio ao mundo com o Vat. II. É tão antiga como a Cristandade.

Parece-nos, pois, menos exacto escrever que, na Idade Média, os monges impuseram «como ideal o ideal monástico» e relegaram «a santidade apenas para as pessoas fora do mundo». Não inventamos estas frases. Ora, para saber o que pensava a Idade Média, temos de conhecer também a opinião dos leigos mais instruídos e interpretar as palavras dos ascetas à luz duma retórica de tendência monovalente, a bater quase exclusivamente no ponto mais difícil, a fim de estabelecer o equilíbrio das tendências humanas, já de si inclinadas para o amor da mulher.

Ouvir os leigos de então, eis um ponto bastante esquecido pelos historiadores e moralistas de hoje. Se atendemos só aos monges, caímos nas mãos de certa deformação profissional. Monges e clérigos. Nos seus livros e sermões, a união amorosa dos casados ficava bastante na sombra da geração dos filhos, como que tolerada e sem valor próprio? Pode ser. No entanto, muitos deles procediam assim, julgamos nós, por não valer a pena insistir muito num ponto em que

<sup>1</sup> MÁRIO MARTINS, *Estudos de Cultura Medieval*, t. 1 (Lisboa, 1969) pp. 85-113.

<sup>2</sup> IDEM, *Experiência e Conhecimento no «Livro da Falcaria»*, em «Revista Portuguesa de Filosofia», t. 28 (Lisboa, 1972) pp. 56-63.

o instinto impunha as suas leis. Seria acender uma vela ao meio-dia. Por outro lado, devemos recordar a severidade com que todos os moralistas impunham o cumprimento do *debitum conjugale*, sem excluir dele pessoas conhecidamente estéreis ou mulheres que, pela idade, já tinham ultrapassado o tempo da fecundidade maternal. Nesta severidade, a prole não entrava para nada mas, sim, o amor em si mesmo, na união dos cônjuges.

Ainda assim, o tom revela, por vezes, uma certa indulgência tolerante e, vamos lá, algo deprimente. Certos monges e padres deixam-nos a impressão asceticista (mais do que ascética) de abanarem a cabeça com pouca simpatia. Se falássemos directamente com tais moralistas e pregadores, julgamos que seriam mais humanos, à maneira do renascentista Fr. Luís de León. Escrevia este, em *La Perfecta Casada*, que as mulheres são «dulzura y regalo» do homem e que devem pôr-se bonitas e procurar «que sean hermosas».

Ainda assim alguns pregadores e até directores espirituais menos esclarecidos esqueciam, embora nunca negassem, que a Cidade de Deus não se limita ao claustro e ao estado clerical, antes abrange todos os homens de espírito cristão, sendo tal cidade mais interior do que exterior e tendo como fronteira e muralha o amor de Deus. Nos *Flos Sanctorum* e nos breviários não liam eles a vida de S. Luís († 1270), rei de França, casado com Margarida da Provença e falecido antes dela? Não se santificara ele no matrimónio e amara sempre a mulher, com ternura tal que Branca de Castela vivia cheia de ciúmes?

Aliás, se o amor íntimo dos casados fosse uma coisa meramente tolerada e secundária, não haveria a bênção litúrgica do leito matrimonial, como no casamento de D. João I: «Ell Rey se foy entamto pera sua camara; e depois da çea, ao serão, ho arçebispo e outros perlados, com muitas tochas açcesas, lhe bemzerão a cama»<sup>3</sup>. Não omitiram tais coisas, com o ar pudibundo e austero de quem não quer ter maus pensamentos.

Ainda assim, admitamos exageros nalguns moralistas, no tocante ao matrimónio e ao estado laical, sobretudo exageros e ambiguidades verbais. Tal não era o pensamento da Igreja medieval, principalmente dos leigos, e temos de contar com eles. Aliás, muitos deles sabiam defender o mundo laical e as suas funções por vezes bem altas: «Por que alguns leterados e outras pessoas que vyvem em religiom

---

<sup>3</sup> FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, t. 2 (Porto, 1949) p. 224. Tal bênção ainda vem no Ritual Romano.

fallam contra os estados dos senhores, homeões de linhagem, riqueza, poderio temporal e semelhantes, mostrando que som de grande empecimento como cousas nom boas ou em que aja necessariamente pecado, e os fazem aver pequena speranza de sua salvaçom, louvando sua maneyra de vyver por muito segura, e os jejuũs, vigílias, rezar, por obras certamente boas, vos faço esta declaraçom»<sup>4</sup>

O rei vai seguindo por ali fora e lembra-nos que o poder, a honra, a força e a nobreza, por exemplo, podem ter bom uso e diga-se o mesmo das riquezas e das dignidades. Na Bíblia, vemos que alguns santos não eram monges. Há santos e pecadores em ambos os lados e Judas foi um dos apóstolos. Nem todos têm vocação para frades ou ermitães e descobrimos vários caminhos na Igreja de Deus. Neles podemos andar bem ou mal. E em todos os estados que Deus não reprova, «quem bem vyver se pode com a graça de nosso senhor salvar» ou, pelo contrário, condenar-se. Por isso, num estado não devemos desprezar os outros nem julgá-los «por de todo seguros», pois qualquer de nós pode perder a alma<sup>5</sup>. Não desprezar nem louvar de mais!

Graças a estas razões, em lugar de opor ambigualmente o claustro ao mundo, D. Duarte desce ao fundo espiritual do problema, na parábola das duas barcas, uma bem conservada (*o estado das virtudes*) e a outra com rombos (*o estado dos pecados*). Monges, clérigos ou leigos, devemos procurar a barca segura das virtudes, aplicando a teoria das probabilidades<sup>6</sup>. O Bom Ladrão, explicamos nós, salvou-se na última hora, embora não viajasse até ali na barca das virtudes. Mas não se conclui daí ser mais provável a salvação dos que seguem na barca dos pecados.

Temos, assim, o rei D. Duarte a colocar as coisas no devido lugar, sem desfazer em ninguém nem desprezar nenhum estado. Na Igreja de Deus há lugar para tudo, menos para o pecado. E todos os seus caminhos são bons. Se alguém neles se perde, a culpa não é dos caminhos.

O *Leal Conselheiro* fala pouco dos filhos. Pouco ou nada, a não ser da maneira como el-rei D. Duarte e os irmãos lidavam com o pai, num capítulo que o Prof. Joseph Maria Piel considera «o mais belo trecho» desta obra<sup>7</sup>. Mas é do amor conjugal que estamos a tratar.

<sup>4</sup> D. DUARTE, *Leal Conselheiro* (Lisboa, 1942) pp. 159-160.

<sup>5</sup> *Ib.*, pp. 163, 164.

<sup>6</sup> *Ib.*, pp. 350-351.

<sup>7</sup> *Ib.*, p. 357, nota 1.

Distingue el-rei D. Duarte entre amizade e amor. A primeira<sup>8</sup> escreve ele, rege-se pelo entendimento e implica «movymento do coração». Porém, não temos amizade assim forte «e contynuada-mente achegada como namorados». Sim, é diferente do amor. Embora alguém sinta saudades quando se aparta do amigo, suporta-se bem a ausência, tanto mais que nos recordamos dele como se estivesse presente. Assim acontecia ao rei D. Duarte, quando o infante D. Pedro andava pela Hungria e na ausência da duquesa de Borgonha, sua irmã D. Isabel.

Com «os amores» sucede muitas vezes o contrário. Em primeiro lugar, podemos amar sem ser amados. Além disso, acontece amar contra a razão. Desconfiemos de amores que tanto crescem que nos cegam e forçam<sup>8</sup>.

Eis-nos agora em frente do capítulo 45, *Da maneira como se devem amar os casados*. É este um amor feito de vários sentimentos e paixões. Na verdade, no amor dos casados entra a «benquerença», com que amamos toda a gente a quem não odiamos. Entra de igual modo o desejo de bem fazer, desejo este de campo mais restrito. Há ainda o amor desinteressado a certas pessoas de preferência a outras, sem olhar à utilidade nem ao prejuízo. Temos, finalmente, a amizade, diferente dos três primeiros sentimentos, mas que deles por outro lado participa. Vem isto no cap. 44, *Das maneiras damar*<sup>9</sup>.

Ora, é precisamente esta complexidade que constitui a riqueza e a força permanente do amor dos casados, continua depois el-rei D. Duarte. Se uma das cordas se parte ou cansa, temos as outras. Apaga-se o fogacho da paixão, mas fica, por exemplo, a ternura íntima, uma ternura que é mais alguma coisa do que a simples amizade, por fina e poderosa que ela seja. Pertence a outra raça, diríamos nós.

Eles, os «bem casados», têm razão para continuamente se quererem bem, vivendo «contentes per afeiçom, entender e razom, que faz vyver em continuada ledice», sem nunca se enfadarem um com o outro, nas horas «e tempos razoados».

Neste capítulo 45, como se vê, o rei põe limites à alegria e não faz da vida matrimonial uma romântica lua de mel. Há os tempos *razoados*. Por outro lado, exige que cada um procure para o outro (e não tanto para si) tudo o que agrada e concorre para a saúde,

---

<sup>8</sup> *Ib.*, pp. 177, 178.

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 176.

bem e honra da pessoa querida. Amar-se-ão, enfim, de «todas quatro maneiras» sobreditas. Poucos, no entanto, lá poderão chegar, por falta de saber ou por má vontade. Mas quem lá chegar verá que ele, D. Duarte, fala do que sabe por experiência.

O amor forte gera um fermento que faz crescer o desejo, o deleite, a cólera, a tristeza e outras paixões atinentes aos «ryjos amores». Neste fermento está o ganhar e o perder amor e afeição (ou amizade), pois tanto o primeiro como a segunda devem unir os bem-casados. Nisto de rijas amizades e amores de bem-casados, convém não forçar coisa nenhuma e proceder com discrição, evitando *scorregar* de qualquer maneira. Consegui-lo será difícil, mas chega-se lá, com a graça de Deus e a boa vontade.

Entende o rei que as mulheres devem amar e temer os seus maridos. Não se refere, porém, a temor de pancada, antes fala do respeito cada vez maior pelo marido, que aumenta com a confiança que ele nela põe. Amor, boas maneiras e dedicação valem mais do que cenas de ciúmes. Sei-o pelo que tenho visto, observa o rei.

Tanto entre amigos como entre os bem-casados, devem pois reinar a lealdade, o segredo, a ausência de qualquer mentira, a confiança mútua e a interpretação, para bem, de qualquer acção, palavra ou atitude, além de ajuda certa quando for preciso. Se há ciúmes, sinal é de que falta a confiança no amor da outra pessoa.

A tudo isto juntemos conversa agradável e tento na língua, pois das palavras imprudentes nasce a discórdia.

Procedamos discretamente, sem mentiras nem louvaminhas. Evitemos porfias e palavras ásperas ou insultantes, não falemos alto, guardemos os segredos, digamos bem uns dos outros e não tenhamos conversas tristes. Além disso, prestemos atenção às coisas sérias, atendendo ao lugar e à pessoa com quem falamos, não digamos coisas fora de propósito e não gabemos com malícia as opiniões dos nossos amigos.

O que el-rei D. Duarte diz dos amigos, afirma-o dos bem-casados, embora o *Leal Conselheiro* pareça esquecê-los. Não esquece, tanto mais que a mulher tem mais direito à consideração do marido do que o amigo dele. Estamos no capítulo *Da maneira como se devem amar os casados*. No falar, acompanhemos sempre as palavras com as boas obras. E se alguém levar a mal qualquer coisa dita ou feita com boa intenção, não resulta pormo-nos com muitas explicações. Parece-me dar melhor resultado, insiste ele, não implicar no assunto,

deixar esquecer, passar boamente a outra coisa e despedir-nos enfim com gracioso semblante. São coisas que às vezes nascem do feitio de cada um, do diabo que nos tenta, sabe-se lá de quê<sup>10</sup>.

De tudo isto concluímos a grande importância que el-rei D. Duarte dava à amizade na vida conjugal, ao contrário da sexomania de hoje, erguida a primeiro plano. Amizade especial, é certo, mas nunca puro sexualismo.

Quando ele, no cap. 46, se refere ao *receio* que as «boas mulheres» têm dos maridos, já vimos atrás que ele pensa, antes de mais nada, no receio de os desgostarem. E para isto, o melhor caminho é terem amor aos maridos porque então esforçam-se por não perderem a boa vontade nem a «boa conversação» que os une.

Contudo, as mulheres não se levam todas de modo igual. Uma preferem a virtude nos homens ou a situação social deles. Outras gostam mais de conselhos amigos. E também as há que, por vezes, precisam de «mostrança de força». Tão verdade como dois e dois serem quatro, acrescentamos nós.

Tem cada um de achar o melhor caminho, preferindo a experiência própria ao que digo aqui, continua D. Duarte. E não se admirem de pensar dum modo diferente do meu. Limite-me a dizer, com boa intenção, o que me parece bem.

De passagem, repetimos que estes homens representam a Idade Média, tanto como um teólogo qualquer ou um filósofo escolástico e a sua mundividência. Um saber laical sobretudo à base da experiência e de leituras várias, um saber humanamente autónomo mas cristão até à medula. Cristão e cheio de bom senso.

Um só querer e não querer, não levar tudo para mal mas também não confiar em demasia, antes conhecer o feitio de cada um, afastar-nos dos soberbos, ter cuidado com os sanhudos, invejosos e pecos, assim devemos proceder. E conheçamos os costumes e a maneira de ser das pessoas, como quem se acautela das manhas dos veados, javalis e ursos, na caça. Finalmente, cuidado com os amigos, antes de os conhecermos bem. Em calão do séc. xx, nós diríamos: ser bom, mas não ser trouxa. Isto para a mulher, amigos e conhecidos.

Como noutros lugares (e isto é sintomático), D. Duarte passa do amor à amizade, por esta desempenhar um papel de primeira classe entre marido e mulher, embora reforçada por uma tendência de íntima ternura. Cada marido tem de conhecer a mulher e todas as

---

<sup>10</sup> *Ib.*, pp. 178-184.



suas inclinações, para saber lidar com ela. Não é questão de força. Trata-se mais de inteligência humana, uma inteligência atenta ao feitio das pessoas. Tudo, porém, sob o signo do amor. E o que vale para os bem-casados serve também para os amigos. Cada um procura a honra, o proveito e o bel-prazer do outro, como se do seu se tratasse, com a condição de não ir contra a consciência.

Amor nos casados? Sempre! Temor servil não lhes fica bem. Melhor é o receio de desgostar que nasce «da grandeza do amor». Muito pode o amor, como se vê «per os namorados». Receosos de desagradar, chegam a perder a consciência, a desprezar a honra e a desbaratar os bens. Sim, grande é a força do amor, até para o mal! As mulheres levaram Salomão a adorar os ídolos e deram-lhe cabo da alma. Ao contrário, as boas mulheres, «por bem amar seus maridos, os temem mais e melhor»<sup>11</sup>.

Os amores, no mau sentido da palavra, perturbam e fazem sofrer. O amor entre os bem-casados, não. Eis a síntese breve do cap. 48. Nos maus amores, há contradição entre o desejo passionai e a consciência. Daqui vem certa porfia interior e tormentosa, de que muitas vezes «os namorados» se queixam. Mais do que no bem-querer, surgem os ciúmes, os desejos desordenados e a vanglória. E mais sofremos por isso do que na «benquerença». Além disso, os amores nunca se aquietam, nem lhes basta uma «boa maneira do olhar, gracioso riir, ledto fallar, amoroso e favorável geito». Desconfiam, têm ciúmes, afligem-se por nada e perdem o domínio de si mesmos. Imaginam que nunca ninguém sentiu amor igual ao deles e só nele pensam.

Ora, na «boa amyzade» entre marido e mulher, segue tudo pelo contrário. Nenhuma contradição entre o desejo e a consciência e o coração ama tanto quanto o entendimento julga estar certo. Não ardem em desejos tumultuosos, vivem deleitosamente e com alegria, e os ciúmes não existem. Porquê? Por os bem-casados confiarem um no outro.

Contudo, sabe el-rei D. Duarte que alguns casais têm ciúmes. Deriva isso de «o amor dos casados» ter parte «com todas maneiras damar». Nestes casos, trata-se dum amor imperfeito, por faltar nele a confiança dos casais mais ajustados. Nestes, falta a vanglória e o seu cuidado não anda cativo, antes sente prazer e liberdade. E se acontece pelo contrário, é causa disso o amor desordenado.

---

<sup>11</sup> *Ib.*, pp. 185-189.

Regidos pela consciência, os bem-casados ou os que *razoavelmente* esperam casar-se não alimentam desejos loucos. E mais não digo, porque já escrevi quanto basta. Só aviso que não podemos, no casamento, achar uma pessoa tão perfeita que não lhe falte alguma pequena coisa, quer na maneira de viver, quer na linhagem, quer na idade, boa disposição ou harmonia de feitios. Mas desde que haja o principal, não olhemos aos pequenos senões. Contentemo-nos com o razoável.

Pensam os namorados que quem mais sente é quem mais ama. Pura ilusão. Mais ama quem melhor cumpre e mantém as boas leis da amizade. Mas isto leva tempo a descobrir. Com efeito, lá diz o outro que, para conhecer bem uma pessoa, temos de comer antes um moio de sal<sup>12</sup>.

Leva tempo a descobrir, ninguém duvida. E tanto assim que certos velhinhos casados nem dão pelo amor que os une. Mas, se ela morre, ele muitas vezes vai-se abaixo. Grande psicólogo era o rei D. Duarte. E estas páginas mantêm-se ainda válidas, porque a natureza humana é eterna.

MÁRIO MARTINS

---

<sup>12</sup> *Ib.*, pp. 200-204 (cap. 48: *Por que os amores fazem mais sentimento no coração que outra benquerença*).